



Assembleia Municipal

## ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2004

### Nona acta

Ao vigésimo nono dia do mês de Setembro do ano de dois mil e quatro, reuniu em sessão ordinária, pelas 21.45 horas, a Assembleia Municipal de Albufeira, na Sala de Reuniões do Edifício sede da Junta de Freguesia dos Olhos d'Água, por convocatória de vinte de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO PRIMEIRO:** Aprovação das actas das sessões de 26/04/2004 e 27/04/2004; -----

**PONTO SEGUNDO:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal para alteração do Regulamento de atribuição de bolsas de Estudo tal como determina a alínea a) do n.º 2 do Art.º 53º e a alínea a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro com a redacção dada pela Lei 5 A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal para a contratação de um empréstimo para investimento até ao montante de € 830.000,00 junto da Caixa Geral de Depósitos, conforme determina a alínea d) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal do concurso público para prestação de serviços de seguros pelo período de 4 anos, nos termos da q) do n.º 2 do Art.º 53º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5 A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO SEXTO:** Nomeação de um representante da Assembleia Municipal para a Comissão Municipal do Novo Regime do Licenciamento Comercial - Lei n.º 12/2004 de 30 de Março. ---

E Aditamento de vinte e sete de Setembro: -----

**PONTO SETIMO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Bancada do Partido Socialista, de um Voto de Protesto "A (NÃO) Abertura do Ano Lectivo." -----

**PRESENÇAS:** Feita a chamada verificou-se estarem presentes os membros, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Pedro Manuel Trovão Ferro, Francisco João Magalhães Calhau, Fernando Vieira Vitória Cabrita, Carlos Sérgio Freire Quintino, Fernando José dos Santos Anastácio, Fernando Cabrita Neves, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Helder José Coelho Guerreiro, Manuel José Guerreiro Gonçalves e Vítor José Correia Maria Vieira. -----

Procedeu-se à chamada dos Presidentes das Juntas de Freguesia, verificando-se as presenças de: Francisco Guerreiro (Paderne), José Paulo Aboim (Guia), Berto Palma (Olhos

de Água) e Fernando Gregório (Ferreiras). O Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, não podendo comparecer fez-se substituir pelo Tesoureiro, José Joaquim Hilário Alves.-----

Os membros, Adolfo Miguel Gregório e Francisco José Pereira Oliveira, chegaram pelas 21:58h e 21:57h, sucessivamente. -----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo e Ana Vidigal, e não permanência, Vítor Clemente (21:50h) e Carlos Lima (21:55h).-----

**FALTAS:** Vítor José Cabrita Neto, Manuel dos Anjos Meirinho, Maria Fernanda da Conceição Rodrigues, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Maria Eugénia Xufre Baptista, José Manuel Guerreiro Vila Nova, José Manuel Bota Sequeira, Ândrea Lúcia Guedelha e Santos Silva, Miguel Alexandre Correia Mesquita e António Paulo Martins dos Santos-----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Vítor Neto, Carlos Gabriel, José Sequeira, Miguel Mesquita e António Santos, foi verificada a legitimidade e identidade dos membros imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, Adolfo Miguel Gregório, Marlene Martins Dias da Silva Neves Pisco, Luís Manuel Gomes Leandro, Nélia dos Santos Correia Cabrita Santos e Aníbal Afonso de Sousa.-----

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia - É uma honra estarmos nesta casa, sempre bem recebidos pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Neste momento dou por aberto o Período de Intervenção do Público, podem-se inscrever. Espero que os trabalhos decorram bem. Também é uma oportunidade para as pessoas dos Olhos d'Água, neste período, poderem intervir manifestarem aquilo que entenderem. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

José Paulo Soares - Não sou da Freguesia dos Olhos d'Água, mas sim da Freguesia da Guia. Na zona onde resido, a Câmara Municipal tem um caminho, sem visibilidade e onde passam bastantes carros a grande velocidade, pondo em risco a segurança de pessoas e animais, neste caso mais os velocípedes, pelo que me lembrei que poderiam lá ser colocadas umas lombas. Assim sendo, venho pedir ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia se seria possível autorizar a colocação de umas lombas, da forma que entenderem. Obrigado. -----

Firmino Gregório - Tenho tido alguns problemas com alguns Moldavos. Vão para perto do supermercado, onde dormem, comem e deixam lá todo o lixo. Fizemos queixa na Guarda, e esta já lá levou o Serviço de Estrangeiros, mas eles continuam ali. Já pensamos fazer um abaixo-assinado para termos mais segurança. -----

Segunda questão: o passeio por detrás do supermercado, tem um degrau com 40 cm de altura. As pessoas idosas têm de ter ajuda para conseguir passar. Deveria ser feita uma rampa para facilitar a passagem. -----

Armando Pedro Rodrigues - Reclamo de onde vivo, Urbanização Sol Nascente, na Guia. Fizeram lá umas obras, muito bonitas, na parte da frente, mas na parte de trás, nós, nem temos luz. Temos lixo ao monte e está tudo cheio de buracos. -----

O Presidente da Assembleia, pergunta se há mais alguém do público que queira intervir. Não havendo, passa a palavra ao Sr. Presidente da Câmara e Sr. Presidente da Junta de Freguesia para que possam responder às questões colocadas pelos munícipes. -----

Presidente da Câmara - Em relação aos Srs., José Paulo e Armando. Estas duas situações terão de ser vistas conjuntamente com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Guia. Depois combino com o Sr. Presidente, para vermos essa possibilidade de intervenção. Em relação ao Sr. Pedro Rodrigues. Existem duas situações diferentes. Uma delas é pedir um reforço, quer à GNR, quer ao SEF, para terem em atenção estas situações. A outra: o degrau, se for resolvida a situação com uma pequena rampa, penso que, quer a Câmara, quer a Junta de Freguesia, resolverá a situação sem problemas. -----

Presidente da Junta - Em relação aos estrangeiros, Moldavos, Ucrânianos. Há cerca de quatro anos a Junta de Freguesia fez um ofício para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras a denunciar os indivíduos que ali se encontravam, que por vezes assaltavam as pessoas, e ao mesmo tempo informamos a GNR. A GNR foi lá, prendeu-os, mas quando os pôs em liberdade voltaram para lá e lá continuam. Temos vários problemas com eles, nomeadamente tenho uma reclamação que denuncia um local que eles habitam, chamado Vinha dos Pontos, uma pequena casa que servia para guardar materiais agrícolas, que não tem as mínimas condições e que é uma autêntica lixeira. Portanto, peço ajuda à Câmara Municipal para averiguarmos a situação e seria muito bom que alguém interviesse e conseguisse tirá-los daqui da zona, porque dão um mau exemplo à nossa freguesia. Em relação ao passeio, ele foi feito ainda nem existia Junta de Freguesia. É verdade que é muito alto, mas poderá ser resolvido. -----

O Presidente da Assembleia volta a perguntar se há mais alguém do público para intervir. Não havendo, passa a palavra ao Sr. Primeiro Secretário, Paulo Freitas, para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. -----

#### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO MEMBROS DA ASSEMBLEIA: -----**

Francisco Calhau - A minha moção não é partidária é uma posição concertada, entre as duas forças políticas que estão de acordo em representar uma moção a esta Assembleia, no sentido de fazer aprovar uma preocupação que é de todos os órgãos neste momento. É uma situação que periodicamente é tipo pesadelo. Somos confrontados com previsões de intenções de aplicação do sistema de portagem à Via do Infante. -----

O Presidente da Assembleia pede ao membro Calhau uma pausa, para convidar o membro Ricardo Silva a substituir o Segundo Secretário que estava ausente. -----

Francisco Calhau - (continua a sua intervenção) É uma preocupação de todos os residentes no Algarve e o que se passa é que, à semelhança de várias associações representativas, de grupos de pessoas, empresas, como acabamos de ouvir na leitura da correspondência. A associação de Municípios do Algarve ainda não se pronunciou nesse sentido. Algumas Assembleias Municipais já o fizeram, outras vão fazê-lo em breve. O Partido Social Democrata e o Partido Socialista nesta Assembleia, consertaram esforços no sentido de apresentar à Mesa, não com qualquer carisma partidária, e alargamos às restantes forças políticas representadas nesta Assembleia, uma proposta de moção que passo a ler: (doc.1) --



Algarve uma medida anunciada como pretendida. Por isso penso que será importante nesta Assembleia, também em todas as Assembleias do Algarve e todos os locais em que este assunto possa ser discutido, o Algarve se una à volta deste objectivo que é um objectivo regional, que nos une e que à volta do qual não deverá haver clivagens de natureza politico-partidária. Por isso, de facto, eu fazia também o convite e penso que esta questão não se tratou de um qualquer, até porque estive na Assembleia Metropolitana e tive o cuidado de dizer, no que se reporta à moção que foi aprovada, de mandar uma proposta de texto à CDU com alguns dias de antecedência para permitir que também a CDU subscrevesse e portanto, o que se tratou hoje foi tão só por não ter-mos falado, se calhar por um problema de agenda, mas sabendo que aquilo que nos une é muito mais de que aquilo que nos separa, estou certo que a CDU não deixará de subscrever também este texto e permitir que desta Assembleia saia uma moção unanime sobre esta matéria. Aliás isto tem a haver com o circunstancialismo de onde estamos e de facto, ontem esta conversa ocorreu no âmbito da Assembleia Metropolitana, onde os partidos estão representados pelo PS, PSD e CDU. De facto, a Assembleia Municipal de Albufeira assim não o é, temos um elemento que foi eleito pelo CDS-PP e obviamente o convite, a sugestão e as palavras que disse à CDU são dirigidas integralmente ao CDS-PP ao seu representante nesta Assembleia. -----

Fernando Neves - Eu tenho conhecimento desta situação na Assembleia Metropolitana porque temos lá eleitos da força partidária que represento. Também o CDS-PP, que está nesta Assembleia, tem um elemento como a CDU, naturalmente que a CDU está de acordo com esta proposta, nem podia ser ao contrário. A metodologia muitas vezes dá a ideia que é uma posição partidária do PSD e do PS. Não é pelo facto de não terem falado comigo antes da moção ser apresentada, eu já tinha conhecimento dela e estou de acordo, mas não é a primeira vez que em questões deste tipo, não é marginalização porque não estamos cá com essa intenção, nota-se que, de facto, os Srs. quando é para resolver alguma coisa esquecem-se que existem mais forças partidárias. Agora, em relação à moção, estamos de acordo com ela. -----

José Paulo Aboim (Presidente da Junta de Freguesia da Guia) - Inicio a agradecer ao Sr. Presidente da Câmara por se ter recordado de apresentar ao Sr. Secretário de Estado, quando cá estive, a situação da EN125, das bermas sujas. A verdade é que as pessoas perguntam, mas continuamos a ver toda aquela área junto ao Algarve shopping, a estar suja, muito suja. Talvez pudesse fazer algo para acelerar o processo da limpeza daquela área. Seria óptimo. Também queria agradecer ao Sr. Presidente da Câmara, de ter falado da Rotunda da Makro, continua a haver lá acidentes, ainda hoje houve. Tem de ser feita a intervenção com a maior brevidade possível. Sobre as lombas sugeridas pelo Sr. Paulo Ribeiro: já falamos sobre o assunto, e a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia vamos coloca-las. Sobre as obras na Urbanização Sol Nascente: quando foi inaugurado o parque, o Sr. Presidente esteve presente e foi convidado por alguns residentes a ir ver a situação. Também já lá foi a Vereadora Ana Vidigal, o Eng. Pereira e verificaram que a obra não estava terminada. Os munícipes têm toda a razão no que dizem. -----

Fernando Neves - Vou fazer uma observação. Uma vez que estamos aqui nos Olhos d'Água, ao descer em direcção à praia, encontrei três paredões construídos num terreno num alto. Na minha opinião é um abcesso que ali está, como é que foi possível aprovar uma coisa

destas. Sr. Presidente da Câmara, mais uma vez falo da situação, o Sr. disse-me da ultima vez que era a décima, então esta é a décima primeira, o Sr. encaminha este assunto para o Sr. Vice - Presidente e já lá vão dois anos decorridos e a situação continua na mesma. O Sr. Camilo recuou o muro à entrada do Forte de S. João numas obras que tinha feito e a Câmara ficou de fazer uma intervenção por causa das águas pluviais. Até à data ainda não fez nada e agora apareceu lá um carro, sem matrícula e abandonado, pelo que eu sei, foi o Sr. Barata que deu ordem aos brasileiros que vivem nos apartamentos dele, para por a sucata lá. Já agora, tomei nota porque mais tarde não vá lá alguém e deite fogo àquilo e arde tudo. Outro assunto, este mais grave: o processo n.º958/88, Jardim S.ª Eulália, há seis meses que entreguei ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal um pedido de esclarecimentos sobre esta situação. Parece-me tempo de mais para obter uma resposta, nesse sentido, nós CDU, vamos accionar mecanismos legais para obtermos essa resposta o mais rápido possível. Ainda outro assunto: a retirada da propaganda do Partido Comunista em relativamente à Festa do Avante. Falei com o Sr. Presidente por telefone e também com a Vereadora Ana Vidigal que me pediu para comparecer no seu gabinete. A primeira vez que os mupis foram retirados, apenas cinco mupis que nós colocamos em todo o concelho, foram retirados e recolhidos para o depósito municipal. Na altura, o Sr. Presidente da Câmara disse que não tinha conhecimento da situação e que não tinha dado ordem para os retirar, mas os encarregados responsáveis por estas situações me disseram que tinha conhecimento. No fim de tudo isto, tivemos de pedir autorização ao Sr. Presidente para que o Sr. Segurança nos entregasse uma coisa que era nossa. É uma situação muito desagradável. A outra é que passados dias o Vereador Paulo Pescada, e nesta situação os Serviços da Câmara confirmaram-me que foi o Sr. Vereador que deu ordem para retirar os mupis, um em frente à Câmara Municipal e o outro na Estrada Vale Pedras. Foram novamente parar ao depósito municipal, e lá fomos nós, novamente ao depósito municipal localizar e pedir autorização para os levantar. Terceira situação desagradável: a retirada dos pendões, por duas vezes e que depois falei com a Sra. Vereadora Ana Vidigal e que me explicou a situação. Ninguém sabia que aquela zona era utilizada pela Câmara para publicitar eventos culturais. Eu só fiquei a saber nessa altura. Deveriam nos ter comunicado antes de os terem retirado. Quero lembrar aqui, para que no próximo ano a situação não se repita. Passo a citar um artigo da C.M.E: "Sempre que ocorra a fixação ou inscrição de mensagens de propaganda, ainda que em violação do n.º2 do art. 4º da Lei 97/88, não podem os órgãos executivos autárquicos mandar retirar a propaganda sem primeiro notificar e ouvir as forças partidárias envolvidas." Neste caso, lamento que tenha sido feito. Eu já ouvi a explicação da Sra. Vereadora em relação à questão. Do Sr. Vereador Paulo Pescada, não ouvi nada, parece-me que tem uma maneira de actuar diferente. O Sr. Presidente da Câmara também já falou comigo. Esta situação não é nova para nós, há vinte e oito anos que querem "correr" com a Festa do Avante. Andamos com a "casa às costas" vários anos. Já estamos habituados, mas agora acabou, temos local próprio. A festa este ano foi realizada com grande êxito, foram assinalados os trinta anos da Revolução de Abril e aqueles que pensam que nós não vamos fazer a Festa do Avante porque meia dúzia de tecnocratas fizeram uma Lei, a Lei dos Partidos, pensando que nós não pensávamos com a nossa cabeça, estão enganados. Nós somos aquilo que queremos ser e não aquilo que os

outros querem que a gente seja. A Festa vai continuar e vamos enfrentar esta situação nos termos legais e venceremos. -----

Pedro Ferro - Relativamente ao concurso público que abriu com vista á adjudicação da empreitada de concepção/construção da pavimentação do Eixo-Viário - Troço da Rotunda dos Golfinhos ao Cruzamento do Lidl. Trata-se de uma obra, por aquilo que analisamos no concurso, que tem em vista exclusivamente a renovação da parte das infraestruturas, com um valor orçado de € 2 000 000,00, mas não contempla qualquer intervenção para requalificação da via, no aspecto urbano, quer para melhoria do traçado da via para segurança rodoviário. Pareceu-nos que com tudo isto que, é já na sequência do debate na outra Assembleia Extraordinária, seria oportuno debater este assunto e seria conveniente nesta obra fosse também abrangida a requalificação da via. Nesse sentido apresento a minha proposta de recomendação. -----

Francisco Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de Paderne) - Quero colocar umas questões ao Sr. Presidente da Câmara. Primeiro: para quando o lançamento do concurso saneamento básico para as linhas de água. Há dois anos e há uma ano e pouco quando o Sr. Presidente deu uma entrevista para um jornal disse que o concurso estava aberto. Que eu saiba ainda não está. Segundo: foi aprovado para aquela zona um loteamento para a construção de vivendas, que estão em construção e muito bem, porque está inserido numa zona urbanizável. Outro loteamento, de um outro senhor, que deu entrada na Câmara Municipal, não foi aprovado. A distancia entre um e outro são apenas de cem metros. Gostava de saber o porquê de um ser aprovado e o outro não, estando os dois inseridos numa zona de construção? Já fui questionado pelas pessoas, e gostava de saber o motivo porque isto se passou. -----

José Paulo Aboim (Presidente da Junta de Freguesia da Guia) - Na minha intervenção anterior ficou por mencionar uma questão. Gostava de pedir uma explicação ao Sr. Presidente da Câmara. Na estrada que vai em direcção à casa do Sr. José Paulo Ribeiro, foi colocada pelo Instituto de Estradas, uma placa de aproximação de virar para o Algoz. Só que foi colocada antes dessa estrada e as pessoas que querem ir para o Algoz vão por ali. Será que o Instituto de Estradas poderá mudar a placa de posição, ou a Câmara Municipal poderá o fazer? -----

Presidente da Assembleia - Já tenho em mãos a moção referente à portagem na Via do Infante. Para deliberarmos sobre esta matéria é necessário que esta moção seja admitida.-

**VOTAÇÃO: ADMISSÃO DA MOÇÃO** -----

Votos contra: (0).-----

Abstenções: (0).-----

Votos a favor: (26) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Marlene Pisco; Luis Leandro; Carlos Quintino; Nélia Santos; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; José Alves; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Adolfo Gregório; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Aníbal Sousa; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim; Berto Palma; Fernando Gregório e Fernando Neves.-----

**Aprovada por unanimidade** -----

**VOTAÇÃO: MOÇÃO** -----

Votos contra: (0).-----

Abstenções: (0).-----

Votos a favor: (26) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Marlene Pisco; Luis Leandro; Carlos Quintino; Nélia Santos; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; José Alves; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Adolfo Gregório; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Aníbal Sousa; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim; Berto Palma; Fernando Gregório e Fernando Neves.-----

**Aprovada por unanimidade** -----

Presidente da Assembleia - Pede ao membro Pedro Ferro para ler a sua proposta de recomendação, para ser conhecida pelos restantes membros da Assembleia e de seguida coloca-a a votação. -----

Pedro Ferro - Apresenta a proposta de recomendação (doc.2). -----

Jbr. e  
5

**Proposta de Recomendação**

A Câmara Municipal abriu concurso público com vista à adjudicação de empreitada de Concepção/construção da pavimentação do Eixo Viário - Troço da Rotunda dos Golfinhos ao cruzamento do LIDL, com o preço base de 2.000.000,00€.


Considerando:

1. - Que a proposta do concurso mantém o actual perfil, com 2 faixas de 8,0m cada com separador central, mantendo assim a mesma concepção de via rápida.
2. - Que este troço da via, assim como a restante via, possui diferentes soluções de cruzamento que originam uma má prestação no desembaraço dos fluxos de tráfego, não estando previsto qualquer rectificação dos mesmos.
3. - Que na Av. dos Descobrimentos se verifica o maior número de acidentes rodoviários do concelho, não estando previstas medidas de apaziguamento de tráfego.
4. - Que parte deste troço não tem passeios laterais nem arborização, não estando previsto a sua execução.
5. - Que na proposta deste concurso, não se prevê ao nível de projecto, a articulação com os estudos de requalificação do cruzamento da BP da responsabilidade da empresa Polis de Albufeira.

Pelos factos, e verificando-se que o concurso não admite a apresentação de variantes, recomenda-se à digníssima Câmara Municipal, a suspensão do concurso em causa para ponderação, tendo em vista a requalificação urbana da via em simultâneo com as obras de pavimentação, e para um melhor aproveitamento dos recursos orçamentais disponíveis.

Para o efeito, recomenda-se ainda, a elaboração de um estudo prévio de requalificação urbana da Av. dos Descobrimentos em toda a sua extensão e envolvente urbana, tendo em vista melhorar a qualidade ambiente do espaço urbano, apaziguar as circulações rodoviárias, privilegiar as circulações dos utentes mais desprotegidos e homogeneizar os fluxos de tráfego. Após o que, o concurso de empreitada concepção/construção deverá ter lugar, devendo os projectos a elaborar ter em conta as soluções e recomendações do Estudo Prévio.

Albufeira 29 de Setembro de 2004



Presidente da Assembleia - Alguém se quer prenunciar relativamente a este ponto? -----

Fernando Anastácio - Se todos recordarmos e fazendo memória à última sessão que tivemos há poucos dias, e face a uma proposta do executivo que veio a esta Assembleia Municipal, houve uma polémica sobre a Avenida dos Descobrimentos e ao conceito que se deveria ter relativamente à Avenida. Essa discussão teve origem na intenção da proposta da Câmara Municipal de avançar com uma solução de um túnel na zona do actual Quartel dos Bombeiros. Foi evidente que é uma matéria importante. Foi evidente que há pontos de vista diferentes sobre aquilo que é hoje a Avenida dos Descobrimentos, qual é a abordagem que vamos ter dessa Avenida no quadro e na importância que a mesma representa na cidade. E face a isso,



parece-nos que seria razoável considerarmos que os recursos são escassos, quando existe uma necessidade, quando se percebe que há um problema e quando se percebe a necessidade de resolver. É preferível parar para pensar, pensar globalmente e afectar os nossos recursos à solução do problema na sua globalidade. A medida ocorreu no mesmo dia por parte da Câmara Municipal em que a Câmara Municipal deliberou aquela proposta que veio à Assembleia Municipal e face a isso e para não correremos o risco do município de Albufeira estar a investir aproximadamente dois milhões de euros numa obra que, concerteza, irá melhorar as condições de circulação daquela via, mas que no essencial mantêm a solução existente. Quando hoje se discutem novas soluções, fala-se de túneis, fala-se de passagens desniveladas, fala-se de via rápida, fala-se da necessidade de transformá-la numa Avenida, fala-se da necessidade de outras alternativas, então, meus amigos, eu penso que a prudência recomenda-nos que estudemos o problema, que sejamos capazes de discutir e encontrar uma solução global e afectemos os recursos, poucos, à solução efectiva dos problemas depois de termos uma estratégia. Por isso, a proposta é uma recomendação. A execução de obras é uma responsabilidade do município mas, cabe a nós, Assembleia Municipal, dar sugestões à Câmara, dar sinais de como devem ser abordadas as políticas de gestão do município. Parece-nos que é oportuno, porque se não for agora, estaremos perante a política do facto consumado e depois os prejuízos da não adjudicação são maiores. Estamos no momento sem custos para a autarquia, de podermos fazer o tal necessário ponto de paragem, para reflectir e em conjunto encontrarmos as melhores soluções para o concelho de Albufeira. -- Francisco Calhau - Gostava de solicitar ao Sr. Presidente da Câmara, o que entender designar sobre esta matéria para poder-mos ter uma outra perspectiva da questão, se for possível? -----

Presidente da Câmara - Sobre o concurso: A Câmara Municipal tem detectado, principalmente naquela zona do eixo viário, quer em termos de separadores, das vias de trânsito, da própria fragilidade daquele eixo viário. O asfalto está todo partido, as condições de segurança estão completamente degradadas. Na Rotunda dos Golfinhos isso é evidente, se lá passarem com calma vêem que no alcatrão há fissuras. Detectado esses problemas e que é preciso fazer uma intervenção tendo em conta o cruzamento da BP, cruzamento e circunvalação para a Avenida do Ténis e também a zona da BP e o Lidl, houve um concurso que é de concepção/construção, e apresentaram propostas todos aqueles que entenderem, em função dos elementos que foram dados. Esses são: a melhoria das condições de trânsito, quer em termos de segurança, quer em termos de circulação. As propostas deste concurso são entregues amanhã. O valor será mais elevado porque houve infraestruturas que foram detectadas e que é necessário intervir durante esta intervenção. A minha opinião pessoal é que este concurso não deve parar porque é urgente, e estou convicto que a proposta que vier dos concorrentes será uma proposta de valorização e permitirá uma intervenção a tempo, de no próximo ano as condições estarem boas. Se for para fazer mais um projecto, mais um estudo, estamos arriscados que no próximo ano seja fechada alguma faixa de trânsito, porque em questões de segurança não são boas. -----

Fernando Anastácio – Face à explicação do Sr. Presidente, deixou a ideia que os projectistas apresentaram as suas soluções. Mas também era importante que o Sr. Presidente da Câmara tivesse dito que a proposta do concurso, como está elaborada, não aceita alteração e diz

claramente que a faixa tem de continuar a ter oito metros dos dois lados e separador central. Aquilo que nós dissemos aqui, tem a haver com a requalificação, ou seja, uma via rápida nos termos em que ela está hoje definida não é susceptível de ser alterada no concurso que o seu executivo abriu, o que quer dizer que, qualquer solução que vise um tratamento diferente daquela medida não é susceptível de ser considerada nas propostas apresentadas, porque se o for será de ser necessariamente excluída. Era bom que, de facto, quando apreciamos estas coisas, tivéssemos presente todos os indicadores. Se estou a dizer alguma coisa errada, o Sr. Presidente que me corrija! -----

Presidente da Câmara - Se consultou e analisou, obviamente não deve estar a inventar. -----  
 Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca à admissão a proposta de recomendação. -----

**VOTAÇÃO: ADMISSÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** -----

Votos a favor: (12) Pedro Ferro; Adolfo Gregório; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Aníbal Sousa; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim; Berto Palma e Fernando Gregório. -----

Abstenções: (1) Fernando Neves. -----

Votos contra: (13) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Marlene Pisco; Luis Leandro; Carlos Quintino; Nélia Santos; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; José Alves e Paulo Freitas. -----

**Proposta não admitida** -----

Fernando Anastácio - A bancada do Partido Socialista, face à não admissão desta proposta, requer que seja convocada uma sessão extraordinária de Assembleia, cujo tema será, precisamente nos termos regimentais, a problemática da Avenida dos Descobrimentos. -----

Presidente da Assembleia - Se quiser colocar esta proposta para agendamento, pode o fazer até final da sessão, e agradecia que ma entregasse. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, dentro do Período Antes da Ordem do Dia, passou-se ao primeiro ponto da Ordem do Dia. -----

## ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação das actas das sessões de 26/04/2004 e 27/04/2004; -----

**VOTAÇÃO: ACTA DE 26/04/2004** -----

Votos contra: (0). -----

Abstenções: (4) Adolfo Gregório; Francelina Lourenço; Berto Palma e José Alves. -----

Votos a favor: (22) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Marlene Pisco; Luis Leandro; Carlos Quintino; Nélia Santos; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Aníbal Sousa; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim; Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

**Aprovada por maioria** -----

**VOTAÇÃO: ACTA DE 27/04/2004** -----

Votos contra: (1) Fernando Neves. -----

Abstenções: (2) Aníbal Sousa e José Alves. -----

Votos a favor: (23) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Marlene Pisco; Luis Leandro;

Carlos Quintino; Nélia Santos; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Adolfo Gregório; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim; Berto Palma e Fernando Gregório.-----

**Aprovada por maioria** -----

## PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e pergunta aos membros se querem intervir.-

O membro Francisco Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de Paderne), pede que lhe seja dados os esclarecimentos relativamente à sua intervenção no Período Antes da Ordem do Dia. -----

O Presidente da Assembleia pede desculpa ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, por esse lapso e menciona que o Sr. Presidente da Câmara responder-lhe-á dentro dos esclarecimentos das intervenções relativamente a este ponto. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para dizer o que tiver por conveniente relativamente ao ponto em questão e dar os devidos esclarecimentos ao Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Paderne. -----

Presidente da Câmara - Antes de fazer a minha intervenção, queria que ficasse registado também, a importância neste momento, desta Assembleia neste magnifico edifício da Freguesia de Olhos d'Água, porque é um dos pontos que está mencionado na minha informação. A inauguração contou com a presença do Secretário de Estado da Administração Local e foi um momento em que esta freguesia ficou mais rica sob todos os aspectos, quer no património, quer também nas condições que criou para os munícipes e todos aqueles que nos visitam e escolhem Olhos d'Água como local de férias ou habitação. Portanto, é importante e foi um investimento da autarquia e foi um investimento que ficou à disposição de todos os munícipes. Daí, fica registada essa alegria deste momento, pela importância que tem por ser a primeira Assembleia Municipal a ser realizada neste edifício. Em relação às questões que foram levantadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paderne: Obviamente não deixei de responder às questões dos Srs. Presidentes de Junta. Têm todo o direito, quer como Presidentes de Junta, quer como membros da bancada do Partido Socialista ou de outro Partido. Quando o Secretário de Estado veio a Albufeira lançar o concurso público para a ligação do Nó da Guia e o Parque de Campismo, passei com ele pela zona do Montechoro, pelo cruzamento das Fontainhas e chamei-o à atenção para a degradação daquele cruzamento, com semáforos partidos e desligados, e da necessidade de intervenção naquele espaço. Enquanto fomos até ao nó e depois demos a volta fiz vê-lo toda a lixeira que se encontra nas bermas da EN 125. Neste caso no concelho de Albufeira, mas se deslocarmos para o concelho de Loulé ou de Lagoa ou Monchique, a EN 125 está um nojo. E disse-lhe o quanto era importante avançar imediatamente para a limpeza das bermas. O cruzamento das Fontainhas teve intervenção quase de imediato. Passado meia dúzia de dias passei por lá e já estava tudo arranjado, os semáforos no sítio e o local limpo. Em

relação à outra parte da limpeza. O que o Sr. Secretário disse e os Serviços também, é que foi lançado um concurso para a limpeza da zona Poente, que vai daqui de Albufeira até Lagos e que a outra zona, para o lado de Faro, já tinha sido adjudicada. E eu pedi, obviamente, para que fizessem a intervenção naquela zona. Fui no sábado à Guia e vi toda aquela porcaria em frente ao Algarve Shopping. Antes de lá passar tinha a intenção de mandar limpar a zona, mas fiquei na expectativa que os Serviços da Junta Autónoma de Estradas funcionassem. Portanto, na segunda-feira fiz um contacto e disseram-me que iam tentar resolver o assunto. É minha intenção, independentemente da opinião do Sr. Presidente de Junta, que é muito importante, e na próxima semana se eles não limparem, eu mando limpar e apresento a factura ao Instituto de Estradas de Portugal. Esta é claramente a minha intenção e é assim que vou fazer. Obviamente que a limpeza não é feita. Sabem que nas estradas do município há uma preocupação na limpeza das bermas, há equipas junto às estradas a apanhar o lixo e ervas, não se vê nas estradas municipais aquilo que se vê nas estradas nacionais. Obviamente que quem passa não sabe se a estrada é nacional ou municipal, mas o facto é que a estrada é nacional, a sua limpeza é da obrigação do Instituto de Estradas de Portugal, mas também o facto é que quem "leva nas orelhas" é o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta também leva algumas vezes. Neste contexto, acho que o que temos de fazer é exactamente isto: para a semana se estiver igual, se eles não intervirem, é mandar fazer o trabalho, contabilizar as horas, enviar a factura e ver quem é que paga. A Rotunda da Makro, só é possível ser feita em terrenos privados. E esses terrenos sendo de privados, é preciso chegar a acordo com eles no sentido de se poder executar a obra. Neste momento há condições para que essa rotunda possa ser, digamos, início de processo para a execução, tendo em conta que os terrenos onde a rotunda vai ser implantada são privados, ainda hoje estive com um procurador de um dos proprietários que me disse que da parte dele disponibilizava o terreno necessário para a construção da rotunda. Sendo assim vamos tentar fazer com que a Sonae assuma o compromisso que tem desde a construção do Algarve Shopping, fazer lá uma rotunda em terrenos que são uma parte da Makro, outra parte de particulares. Tem havido situações complicadas de gestão, de terrenos que são de outros. Em relação à placa de Algoz: Se está mal o Sr. Presidente já a deveria ter retirado. Se indica para um sítio que não o é. São daquelas coisas que tem de ser feito um contacto mais rápido, mais directo. Amanhã ligue para os Serviços. A placa é que não pode lá estar a indicar um local que não é. O Sr. Presidente Da Junta de Paderne, se disse que o concurso tinha sido lançado já há um ano não tenho a certeza. Sei que disse é que a Ameijoafra, que precisava de ser lançado um concurso de imediato para o saneamento para aquela zona. Porque Paderne tem zonas ainda possíveis de construção, mas não tem saneamento básico e era preciso a Câmara dar um sinal. Penso que dentro de um mês vai ser lançado o concurso para o saneamento das Ameijoafra. E nessa situação de umas foram aprovadas e outras não foram, só pode ter a haver com uma questão de, eventualmente, por o saneamento não chegar a determinado sítio. Se for no enquadramento de habitação dispersa, tem que haver alguma explicação, aliás, o parecer técnico tem de explicar. Tem de ser visto o processo com os Senhores que falaram com o Sr. Presidente, para esclarecer e ver até que ponto está a situação. Porque em relação a Paderne, tudo aquilo que é possível de fazer, há da nossa parte um esforço muito grande na aceitação. Não sei, mas acho que este terreno, uma vez

em deslocação da Câmara ao local, fomos verificar que fica numa encosta, eventualmente poderá ter a haver com isto. Estou disponível para vermos o processo. Sr. Fernando Neves: Em relação à força que representa e aquilo que ela representa no contexto político-nacional, quero dizer que da minha parte e no outro dia falamos nisso, os Presidentes de Câmara não controlam tudo, quando falou comigo explicou a situação, falamos e tratamos exactamente conforme o que combinamos. Estas situações que aconteceram, a maioria já teve a informação e já seguiram para a Sr. Vereadora. Há uma coisa que deve ficar ciente, pelo menos da parte da parte do Sr. Presidente da Câmara não fará, mas nunca fará nada no sentido da Festa do Avante não se realizar. Nem terá nenhum procedimento que venha a contribuir para que a Festa do Avante não se realize. Que fique bem ciente disso. Quanto às outras questões de pormenor, também estou convencido que no próximo ano essas situações já não irão acontecer. É a minha opinião pessoal. Sobre a história daquela Rua que ninguém vê, eu já tenho alguma dificuldade em falar consigo sobre isso, mas, logo vai a Reunião de Câmara uma proposta para levantar uma série de carros. O carro que lá está, é concerteza mais um que teremos que retirar. Sobre o processo, convidava-o a ir à Câmara Municipal porque não o tenho aqui comigo. Administrativamente em termos de despachos, de acordo com a legislação e com a situação para demolição, juridicamente está todo feito. Importa-se de passar pela Câmara para lhe dar a documentação toda? Dou-lhe a cópia e depois segue formalmente para a Assembleia dando resposta oficial ao solicitado. Quero fazer um registo muito simples que é: eu subscrevo também a proposta que foi aprovada sobre as portagens na Via do Infante. No Diário de Notícias vinha uma opinião minha que é elucidativa, e é a que tenho demonstrado em todo o lado, publicamente e junto dos membros do Governo. Sobre a apresentação desta informação, tenho aqui alguns assuntos que me parecem importantes (faz referência a alguns assuntos mencionados na informação e fica à disposição dos membros da Assembleia para dar esclarecimentos). -----

O Presidente da Assembleia pergunta se alguém deseja intervir. -----

Berto Palma (Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água) - Vem na informação, Empreitada e Beneficiação de Ruas, Estradas e Caminhos do concelho da Patã de Baixo. Fui abordado na nossa Assembleia de Freguesia, o porquê de ser esta rua já repavimentada e não ser aquela da rotunda nova, perto do "ZÉ Café", até ao Vale Carro? Já foi feito esse pedido há muito tempo, há seis anos ou mais, para a colocação de betuminoso e a Câmara tem na deixado sempre para trás. Não sei porquê? Já me disseram que era por causa do abastecimento de água, que a conduta é muito estreita. É por isso? -----

Presidente da Câmara - É. Aquela conduta muitas vezes parte, mas penso que no próximo ano essa situação está resolvida. -----

Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

### PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal para alteração do Regulamento de atribuição de bolsas de Estudo tal como determina a alínea a) do n.º 2 do Art.º 53º e a alínea a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro com a redacção dada pela Lei 5 A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - O ponto está a discussão, quem se quer inscrever? -----

Não havendo intervenções o Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: (0).-----

Abstenções: (0).-----

Votos a favor: (24) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Marlene Pisco; Luis Leandro; Carlos Quintino; Nélia Santos; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; José Alves; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Adolfo Gregório; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Aníbal Sousa; Francisco Oliveira; José Aboim; Berto Palma; Fernando Gregório e Fernando Neves.-----

**Aprovada por unanimidade dos presentes** -----

**Não se encontravam presentes na sala os membros, Fernando Cabrita e Francisco Guerreiro.** -----

### PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal para a contratação de um empréstimo para investimento até ao montante de € 830.000,00 junto da Caixa Geral de Depósitos, conforme determina a alínea d) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - O processo foi remetido aos líderes de bancada. Alguém quer intervir sobre este ponto? -----

Fernando Anastácio - Queria uma explicação. -----

Presidente da Câmara - Em relação a este empréstimo havia a indicação da possibilidade de contrair este empréstimo, onde nós o levamos à Câmara, com duas obras concretas, o Pavilhão de Paderne e a Creche da Quinta da Palmeira. -----

Presidente da Assembleia - Está esclarecido? -----

Fernando Anastácio - Não. Não mencionei quais as minhas dúvidas. Existem duas questões que gostava, de facto, de perceber. Reparei que o Banco Português de Investimento, perante uma intenção de adjudicação à Caixa Geral de Depósitos suscitou um comentário dizendo precisamente que, a sua proposta apesar de ter um diferencial de um décimo ou um centésimo. No cômputo geral, uma vez que estamos a falar de taxas de indexação a sua proposta era mais vantajosa. Li depois, e portanto o município de Albufeira, teria a proposta objectivamente do Banco Português de Investimento era mais vantajosa do que a da Caixa Geral de Depósito. Da leitura da informação técnica que sustenta, a opinião que são indexantes variáveis, daí não se pode determinar se é verdade ou não é, até porque as taxas são variáveis e são índices de referência. Sinceramente não percebi. Obviamente, não temos a variação de que há diferentes taxas propostas, três meses, seis meses, que caberia à Câmara Municipal escolher essa variação e portanto se é que eu li bem, por um mero exercício de opção em função do período da taxa desindexada poder-se-ia ter resolvido esse diferencial, sem prejuízo, obviamente, de que amanhã estas podem variar. As taxas de juro são a três meses, mas também podem variar a seis e a um ano. Não temos necessariamente que chegar á conclusão que a seis meses são as mais estáveis ou que as de um ano são as mais estáveis. É um bocado fazer futurologia da economia. Portanto, o que eu percebi, corrija-me se estou errado, é que se estivéssemos optado por outra taxa, por outro

período de indexação das taxas, provavelmente teríamos aqui uma taxa muito mais favorável do que aquele que foi contratado com a Caixa Geral de Depósitos. Isto era a primeira questão. Segundo: Esta capacidade de endividamento, que é este empréstimo, obviamente, que é contraído dentro daquilo que são os limites de capacidade de endividamento. E registo que a Assembleia é conhecedora que é esgotada face aos indicadores disponíveis, a sua capacidade de endividamento, aliás não é esgotada sobram alguns pozinhos. Há aqui um protocolo que tem a haver com o FEDER, esta capacidade de endividamento, tem a haver com a obra desportiva? -----

Vice-Presidente ( José Carlos Rolo ) - Tem.-----

Fernando Anastácio - Mas a outra parte não tem. As outras obras não são de componente desportiva, são de componente social. Não se diga que estou contra as obras de componente desportiva, não se trata disso. Eu só queria perceber se é ao abrigo daquela disposição do FEDER. Precisamente este empréstimo, e que tem equipamentos de componente desportiva, também cabe recursos sociais? -----

Vice-Presidente ( José Carlos Rolo ) - O empréstimo pode ter em consequência qualquer tipo de obra, seja desportiva, social, infra-estruturas, ordenamento do território, e evidentemente tem de cobrir sempre a parte que corresponde ao município. Pode ser o Pavilhão de Paderne, a Creche da Quinta da Palmeira, independentemente ser captáveis fundos estruturais, o que é certo há sempre uma percentagem que corresponde e a Câmara terá que suportar. Essa parte ficará suportada por este empréstimo, a parte que lhe corresponde. O empréstimo está repartido em três parcelas. -----

Fernando Anastácio - Outra coisa que de facto me suscitou uma dúvida: se as obras são efectivamente para se fazer, e se são aquelas, porque é que nós tínhamos primeiro uma cláusula do empréstimo que identificava aquelas obras em concreto e no meio da viagem substituiu-se isto por estas outras que viriam a acontecer. Ou seja, houve uma alteração pelo meio e aquelas obras que tinham ficado identificadas, depois na cláusula contratual passou a existir uma possibilidade de ser aquelas ou podem ser outras. -----

Vice-Presidente (José Carlos Rolo) - É uma questão de prudência. Só, mais nada. -----

Fernando Anastácio - Penso que seria interessante, no momento em que a Assembleia Municipal autoriza a Câmara a esgotar a sua capacidade de endividamento, que houvesse um compromisso, que as obras que são efectivamente colocadas, toda a gente fica a saber o que se quer fazer, para não ficarmos dependentes amanhã de desvios conjunturais e de momentos de devida oportunidade. -----

Presidente da Câmara - Não é essa a intenção, até porque estas são identificadas. Uma, já foi a concurso público e a outra, mais vinte dias vai para concurso. O objectivo não está desviado. Uma vai estar no terreno em Novembro e a outra está quase. -----

Fernando Anastácio - Eu percebo isso e acho muito legítimo, por isso não percebo a necessidade. Se é uma coisa tão segura, tão firme e determinada, porquê que houve a necessidade daquilo que é de facto o contrato para uma coisa firme e determinada, mudar para outra. -----

Presidente da Assembleia - É uma questão técnica. -----

Fernando Anastácio - Não é uma questão técnica. É como disse o Sr. Vereador, é uma questão de prudência. Ou seja, evidente que temos um empréstimo aprovado, vamos fazer

outra. -----  
Vice-Presidente ( José Carlos Rolo ) - Estes contrato de contratualização de empréstimos bancários, conserteza que têm lá essa cláusula. Devem ter.-----  
Fernando Anastácio - Sem entrar em diálogo. Os contratos são como nós os negociamos e podem ter as cláusulas que são para aquela ou outros quaisquer. Começou por ser aquela em concreto e virou-se para aquela e outros quaisquer. É essa a dúvida que consiste: quaisquer.  
Vice-Presidente ( José Carlos Rolo ) - Relativamente à questão da cláusula do contrato, pois obviamente que não há determinismo. Nós temos uma previsão de fazer estas três obras, há uma que já foi para permissão de publicação de concurso. Supomos que acontece alguma coisa, por uma razão qualquer e o pavilhão por uma razão qualquer não arranca, evidentemente que as outras duas ainda não têm concurso, mas estão para sair. Se a cláusula pode deixar algumas dúvidas, não há que duvidar que realmente esses valores que estão aí indexados para as três obras, são mesmo para as obras. Relativamente à questão da taxa do spread que foi escolhido, obviamente que a questão das taxas é sempre uma situação subjectiva. O comportamento de taxas pode ser muito variável. Quanto ao spread, é a única razão profundamente objectiva que há aqui. Realmente o spread da Caixa Geral de Depósitos é um pouco mais baixo. -----  
 Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação.----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: (0).-----  
 Abstenções: (1) Fernando Neves.-----  
 Votos a favor: (24) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Marlene Pisco; Luis Leandro; Carlos Quintino; Nélia Santos; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; José Alves; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Adolfo Gregório; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Aníbal Sousa; Francisco Oliveira; José Aboim; Berto Palma e Fernando Gregório.-----

**Aprovada por maioria dos presentes.** -----

**O Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Francisco Guerreiro, não se encontrava na sala.** -----

### **PONTO QUINTO**

Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal do concurso público para prestação de serviços de seguros pelo período de 4 anos, nos termos da q) do n.º 2 do Art.º 53º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5 A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Fernando Anastácio - É só para dizer que, de facto, a capacidade de previsão da Câmara está perfeitamente perceptível em diferentes domínios. Vemos isso quando se vê no Orçamento o que prevêem e o que executam. E posso recordar-vos que trouxemos aqui a esta Assembleia, e deu-se autorização de abrir um concurso público com base numa previsão que nos foi proposto pela Câmara Municipal. Naturalmente a Câmara Municipal tinha estudado o mercado, nós demos autorização para esse efeito. Foram fazer o concurso e verificou-se que aquilo que eram 225 mil euros de valor máximo, passou agora para 325 mil euros. Ou seja, conseguiram enganar-se em 50%. De facto, não me parece que a subida para



2004, o mercado de seguros tenha subido 50% os tarifários. Portanto, de facto, quem não sabe fazer contas mostra em todos os momentos, aqui está mais um momento. Mas vamos com a habitual condescendência e paciência que temos, por isto concerteza não vamos querer que a Câmara Municipal não tenha os seus seguros em devido tempo. -----

Vice-Presidente ( José Carlos Rolo ) - Para já, não é uma questão de fazer contas ou deixar de fazer. Portanto não se sabe, deveria ter aprendido noutro tempo concerteza, que para nós, principalmente para mim, não me deve inquietar muito. Relativamente a uma previsão de um qualquer concurso, é sempre uma previsão. Se for uma empreitada para uma qualquer obra, será sempre mais fácil de prever. Numa questão de seguros é um bocado mais subjectivo, as variantes são muitas e admito que os técnicos depois de terem feito alguma prospecção de mercado, concerteza chegaram ao valor que nós na Câmara entendemos que estava apelativamente bem. Acontece porém, que em sede de concurso e com a candidatura a passar, as empresas concorrem da forma que assim o entenderem, a proposta é da própria empresa e surgiu esse aumento. -----

Presidente da Câmara - Nós aceitamos e até respeitamos os técnicos. São técnicos que já lá estão a alguns anos e nós acreditamos na sua capacidade. Quando os técnicos fazem essa prospecção e essa avaliação, e quando é para a Câmara é suposto que os técnicos não sejam inexperientes. Há aqui uma avaliação que foi feita e na altura quando a levamos a Reunião de Câmara era suposto que eles eram os valores indicados. -----

Vice-Presidente ( José Carlos Rolo ) - Posso esclarecer também que há quatro anos atrás, quando estava o outro executivo, aconteceu precisamente a mesma coisa. Não com os mesmos valores, mas foi a mesma situação. -----

Fernando Anastácio - Há muitas formas de fazer contas, mas há certas contas que são contas prospectivas, não sei se quer orçamentar. Referia-me, obviamente, a fazer contas e a orçamentar. Conhecer o mercado e saber aquilo que se vai gastar. De facto, essas contas foram mal feitas. Em resposta aquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer e o Sr. Vereador também disse, eu acho que esta Assembleia, temos de assumir aquilo que são as nossas responsabilidades e quando temos a responsabilidade de gastar. Quando as coisas correm mal: os técnicos enganaram-se. Quando as coisas correm bem: naturalmente, os técnicos estão atrás e os políticos estão à frente. Esta ausência de responsabilidade não faz sentido nenhum. Os técnicos fazem o esforço, mas os políticos, concerteza, têm a obrigação de: primeiro, avaliar e questionar os técnicos; segundo, de caucionar politicamente os técnicos a quem têm confiança. Não é quando as coisas correm mal, vêm aqui dizer que é um problema dos técnicos, para isso meus amigos, não era preciso autarcas, os técnicos tratavam da gestão e não estávamos aqui a gastar dinheiro no erário público. -----

Presidente da Câmara - Eu não disse nada disso, o Sr. é que entendeu assim. Foi essa a aceitação. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação. ---

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: (0).-----

Abstenções: (0).-----

Votos a favor: (26) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Marlene Pisco; Luis Leandro; Carlos Quintino; Nélia Santos; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel

Gonçalves; Vítor Vieira; José Alves; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Adolfo Gregório; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Aníbal Sousa; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim; Berto Palma; Fernando Gregório e Fernando Neves.-----

**Aprovada por unanimidade** -----

## PONTO SEXTO

Nomeação de um representante da Assembleia Municipal para a Comissão Municipal do Novo Regime do Licenciamento Comercial - Lei n.º 12/2004 de 30 de Março. -----

Presidente da Assembleia - Sobre este assunto queria saber se há candidatos. O Partido Socialista tem uma proposta e o Partido Social Democrata tem outra. -----

Fernando Neves - Queria fazer uma pergunta. Gostaria de saber se a ANMP se renunciou sobre esta questão, da nomeação? -----

Presidente da Assembleia - Que eu tenha conhecimento, não. Apenas nos foi enviado um ofício de Ministério da Economia. -----


Presidente da Câmara - Para a Assembleia, não sei. Que a ANMP se renunciou e que enviou para a Câmara uma opinião sobre esta questão, sim emitiu. -----

Fernando Neves - Estou esclarecido. Talvez seja essa a minha confusão. -----

Presidente da Assembleia - E já agora, tem alguma coisa a haver com esta eleição? -----

Presidente da Câmara - Não. A ANMP de certo modo tem uma opinião desfavorável em relação a essa legislação. -----

Presidente da Assembleia - Então temos aqui duas propostas (Apresenta os documentos, doc.3: PROPOSTA (A) - PS e doc.4: PROPOSTA (B) - PSD). -----

<p style="text-align: center;">(H) Dec. 3</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;">  <div> <p><b>Partido Socialista</b></p> <p>Grupo do Partido Socialista Assembleia Municipal</p> </div> </div> <p style="text-align: center;"><b>PROPOSTA</b></p> <p>Para efeitos de indicação de um Membro da Assembleia Municipal para integrar Comissão Municipal a constituir de acordo com o novo Regime do Licenciamento Comercial, Lei 12/2004 de 30 de Março, a bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal propõe o eleito municipal,</p> <p style="text-align: center;"><b>VITOR MANUEL CABRITA NETO</b></p> <p>Albufeira, 29 de Setembro de 2004</p> <p>Pela bancada do Partido Socialista</p> <p style="text-align: center;">[Handwritten Signature]</p> <p style="text-align: center;">1</p>	<p style="text-align: center;">(B) Dec. 4</p> <p style="text-align: center;"><b>Proposta, dos deputados municipais da bancada do PSD, à Assembleia Municipal de Albufeira</b></p> <p>Considerando que:</p> <p>O Novo Regime de Licenciamento Comercial, estabelecido pela Lei 12/2004 de 30 Março, impõe a constituição de uma Comissão Municipal, em todos os concelhos do país, da qual deve fazer parte, entre outras individualidades, um representante da Assembleia Municipal indicado, para o efeito, por este órgão.</p> <p>Vimos assim, e em conformidade com ali. b) do n.º 4 do Art.7 da supra referida Lei, propor que seja indicado para representar a Assembleia Municipal de Albufeira, na Comissão Municipal, o deputado municipal <u>Helder José Coelho Guerreiro</u>.</p> <p style="text-align: right;">O líder da Bancada do PSD em Albufeira, do Grupo Parlamentar.</p> <p style="text-align: right;">[Handwritten Signature]</p>
---	---

Fernando Anastácio - Gostava de deixar claro perante esta Assembleia, as razões que estiveram subjacentes à incitação do eleito Vitor José Cabrita Neto, decorrem: Primeiro, da importância que damos ao órgão e à matéria, porque consideramos que ela é importante. A temática do licenciamento comercial é uma questão importante no concelho de Albufeira, e penso que nesta matéria e independentemente de questões de natureza partidária, deveria haver no nosso entendimento um esforço para termos nestas comissões as pessoas, que do ponto de vista do seu curriculum e sua experiência, estão mais habilitadas a fazer. O Sr. Vitor Neto, como sabem é presidente de uma Associação Empresarial dotada no Algarve, foi Secretário de Estado do Turismo e é actualmente deputado na Assembleia Municipal. É pessoa empresário na área comercial, até pessoa conhecedora da problemática em causa e portanto pensamos, que a escolha não teve, obviamente, critérios partidários, se aqui nesta Assembleia existisse outro eleito com o perfil semelhante ou mais qualificado no exercício desta função, estaríamos abertos a subscrever essa pessoa, mas estamos a escolher pessoas que vão representar este órgão e devemos ter também para além do nosso posicionamento político a responsabilidade de escolhermos as pessoas que estão mais habilitadas. Por isso, e sem menosprezo em relação a qualquer candidato, do ponto de vista do perfil, a capacidade técnica na matéria, estou perfeitamente seguro que a proposta do Partido Socialista é aquela que melhor dignificará o exercício da Assembleia Municipal nesta função. Caberá aos Srs. Deputados analisarem, se forem capazes de se libertarem dos seus condicionantes partidários, e exercerem o vosso mandato da melhor forma. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca as propostas a votação, por escrutínio secreto, para a eleição do representante. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

PROPOSTA (A) - Doze (12) Votos. -----

PROPOSTA (B) - Treze (13) Votos. -----

Um (1) voto em branco. -----

**Admitida a Proposta (B) - Eleito o membro Helder Guerreiro.** -----

### **PONTO SETIMO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Bancada do Partido Socialista, de um Voto de Protesto "A (NÃO) Abertura do Ano Lectivo." -----

Fernando Anastácio - Isto foi tratado dia 20 de Setembro, na anterior Assembleia Municipal. O texto reporta-se ao dia 20 de Setembro e portanto vamos fazer o seu enquadramento. (Lê o doc.).



Francelina Lourenço - Sobre esta matéria, eu gostaria de dizer o seguinte: Eu penso que se trata do mínimo que nós, neste momento, nesse contexto, podemos dizer. Realmente é ter voz para mostrar todo o descontentamento. Na minha opinião não se trata apenas da situação dos professores. A colocação dos professores é a face visível do problema, com as suas implicações colaterais, se estende a toda a sociedade. O que está em causa, é de facto, a Educação neste país. Há uma Reforma que se está a implementar, desfasada de muitas outras coisas, como por exemplo, a adopção de manuais escolares. No ano passado foram adoptados novos manuais escolares sem uma reforma, provavelmente por influência do peso lobby dos livreiros. Neste momento nós estamos a funcionar, estou a falar do Ensino Secundário, a três compassos. Isto é só para dar um mero exemplo daquilo que se está a passar. Estamos no 12º ano com a antiga reforma. Estamos no 11º ano com a reforma, mas manuais escolares novos trazem a indicação das disciplinas, mas depois as coisas são lançadas pela formação das disciplinas antigas. E estamos no 10º ano com a implementação de uma reforma. Com o reformular os programas que os alunos têm de se submeter para elaboração de exames, os tempos lectivos passaram de 50, 100 minutos para 45, 90 minutos em muitas disciplinas, por exemplo a História e a Matemática, há um diferencial de várias horas lectivas a distribuir por 33 semanas. Portanto, isto vai dar origem a horários supervenientes, em que os professores e alunos têm de se deslocar para completarem os fragmentos dos alunos que falta completar. Eu penso que todos nós, na nossa sociedade, tem de parar e dizer não a este recurso da nossa educação. Isto é apenas um exemplo. -----

Carlos Quintino - Começando por dizer que, esta parte que foi exposta agora pela Profa. Francelina é o outro lado da questão, e começando também por tecer, que me vou debruçar sobre aquilo que é o voto de protesto do Partido Socialista. Essa é uma outra parte da

questão, mas, começando realmente por aquilo que é o voto de protesto do Partido Socialista, que é isso que me parece que devo dizer as seguintes considerações: Na minha opinião, este voto de protesto não procura resolver absolutamente nada ao estado da educação, muito sinceramente. Procura sim, responsabilizar de uma forma em termos completamente políticos a Câmara Municipal, nomeadamente o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores, sobre uma matéria que eles não têm responsabilidade absolutamente nenhuma. Isso é claro. Aliás, naturalmente que o problema da colocação de professores foi por um outro objectivo, não afecta só os Sociais Democratas, ou comunistas, afecta todos, e tendo sido um problema técnico, se chegou naquela altura à conclusão de ser um problema técnico. Eu não tenho dúvidas, absolutamente nenhuma, que o responsável político pela área da Educação do Governo tudo fez para que o problema fosse resolvido, a prova é que foi resolvido, as aulas vão começar dia 1 de Outubro. Agora o que não se pode estar aqui a fazer é aproveitamentos políticos em busca de protagonismo de "x" ou "y", e é isso que me parece que o Partido Socialista está a fazer. Prova disso é que enviou um comunicado de imprensa, este texto, antes de o entregar à Assembleia. Mais, há aqui outras questões que se calhar nós podemos debruçar e aí, concordo perfeitamente com aquelas questões que a Dra. Francelina trouxe. Essas é que são, realmente, questões importantes. Agora tentarmos trazer para aqui, em termos de politiquice pura, uma questão que é uma falsa questão, que foi resolvida, parece-me sinceramente muito negativo e é uma forma hábil do Partido Socialista tentar ganhar algum protagonismo. O que é certo, é que a população sabe já analisar bem as coisas em termos políticos, já se habituou a fazer isso de há uns anos para cá em Portugal, e com certeza que tirou as suas ilações e com certeza que viu que realmente o problema foi resolvido da forma que foi possível. Outra questão que eu queria realçar aqui é que não tenho dúvidas, absolutamente nenhuma, que em matéria de responsabilidade naquilo que é a Educação no concelho, está-se a fazer tudo e mais alguma coisa para que haja evolução, para que haja uma grande aposta, e prova disso é que estão a ser feitas as compensações e melhorias nas escolas das Ferreiras, no Jardim de Infância das Ferreiras, no Jardim de Infância de Vale Navio, na Escola de Vale Parra, no Jardim de Infância da Quinta da Correeira. Também não tenho dúvidas, absolutamente nenhuma, de que em termos daquilo que é o ritmo de entrar em atenção à Educação o nosso executivo actual, arrisca-nos a que seja um executivo com mais curriculum e nós não temos dúvidas nenhuma nisso, temos o Sr. Presidente que foi Presidente da Associação de Pais durante uma série de anos, temos o Sr. Vice-Presidente que foi Presidente do Conselho Directivo durante uma série de anos, o qual é o responsável pelo pelouro da educação? Parece-me que não há dúvidas nessa questão e tenho a certeza que será feito mais, só se não for possível. Portanto, a minha posição é, naturalmente, votar contra este voto de protesto e sinceramente, sem querer ofender absolutamente ninguém, considero isto um acto de politiquice que visa apenas, e diga-se mal, um hipotético interesse partidário do Partido Socialista. E gostava de acabar dizendo-vos o seguinte: meus senhores, na política não vale tudo! -----

Francisco Oliveira - Eu gostaria de começar por responder ao depoimento que deu dizendo que, pois na política não vale tudo, vale infelizmente o que diz a situação. Se se ler este comunicado, no penúltimo parágrafo diz que, se convida a Câmara Municipal e o Sr.

Presidente, sobre este assunto, juntar a ANM, Metropolitana, Ministério da Educação, a tomar posição sobre este atentado à educação dos nossos filhos e que diz respeito às famílias a condenarem esta actuação. Eu não vejo onde que é que está aqui, para já politiquice nego prontamente. Agora por outro lado, como referiu e muito bem, eu penso que o Sr. Presidente da Câmara, e não é colocado nessa posição, estivesse neste momento como Presidente da Associação de Pais, teria efectivamente uma posição completamente distinta daquela que o Sr. Deputado acabou de referir. Teria e não tenho dúvidas. Faria concerteza um comunicado neste contexto. Portanto o que está aqui em causa não é uma questão de politico-partidária, mas sim uma questão nacional. Não tem a haver com Albufeira, tem a haver com o país e tem a haver com as condições que se passam neste momento em Albufeira. Estamos na oposição, há efectivamente que levantar as questões e portanto, parece-me que, quer no que diz respeito ao Sr. Presidente da Câmara que continua a afirmar que não tem a haver com algo em concreto, quer o Sr. Presidente de Câmara que não duvide que na educação tente fazer tudo o que está ao seu alcance. Agora, parece-me que se nada for feito, parece que estão a compactuar com todo este erro e com toda esta situação que aqui se passa. Portanto, politicamente esta situação de politiquice não tem nada mas era concerteza demonstrativo todo o percurso que os Senhores que neste momento estão à frente da Câmara, que passaram por esta situação em termos de Associação de Pais e Presidentes de Conselho Directivo das Escolas, que efectivamente, para além do problema colocado por a Sra. Deputada Francelina, tivessem consideração que estamos perante uma situação que há muitos anos não acontece no nosso país. -----

Fernando Cabrita - Eu vou ser curto. Penso que este comunicado não envolve a Câmara Municipal no sentido de estar a atirar culpas para este insucesso. Evidentemente que a Câmara Municipal não tem, deverá sim, penso eu, tomar medidas e como não sendo da sua competência, poderá ter que admitir e assumir perante esta Assembleia, e não penso que seja um acto de politiquice, e aliás acho estranho uma intervenção dessa natureza como sendo de politiquice. Eu gostava de saber então o que é a política? Porque não há memória, em todos estes anos, que alguma vez isto tenha acontecido. Nunca! Isto é um escândalo e é uma vergonha. E tanto é, que no próprio Cavaquistão, no distrito de Viseu, onde o Sr. Secretário de Estado, um deles, do Ministério da Educação, foi de visita, foi apupado, assobiado e tudo é dado pelos nossos meios de comunicação social. Aquilo que se tentou fazer por defesa do deputado da bancada do PSD foi uma tentativa de branqueamento, só lhe falta agarrar no louvor e dizer que a Sra. Ministra que esteve à beira da demissão, e toda a gente sabe disso, que ela possa ser elogiada, condecorada e promovida, porventura a Primeiro Ministro. Já foi, aliás por engano, como se viu nos meios de comunicação social. Tenho dito. -----

Adriano Ferrão - Parece-me que em linguagem mais popular, eu diria que, se calhar, os relatores deste texto andam a ver muitos filmes e vêem muita televisão. Devem passar muitas horas em frente do aparelho, pois realmente foram buscar o alarmismo mediático que a imprensa utilizou para vender jornais e tudo mais, e estenderam este alarme à população a dizer: " vamos trocar de gravata e os cintos porque realmente isto está tudo mal e vamos fazer esta campanha por este lado". Há aqui uma posição demagógica, de aproveitamento da situação e para dize-la nacional, não há nada melhor que municipal. Induz-

se sempre aqui que, os órgãos municipais e principalmente o Sr. Presidente, os Srs. Vereadores, deverão posicionar sobre esta matéria. Ora, as suas competências estão longe da resolução desta matéria, por isso só me parece mesmo aqui, um acto de demagogia. Os valores apresentados são exagerados. As escolas que não trabalharam nem são todas. Enfim, a impossibilidade de resolução que aparece aqui como uma aparente cumplicidade é o exagero que permite constituir outra prova de demagogia. Era engraçado que trouxessem aqui algumas coisas positivas da resolução do problema e não só estas posições de crítica. Isto é o lado fácil de fazer política, talvez por aí o meu colega abordasse isto para o lado da politiquice e talvez seja aqui que está a definição de politiquice. Acho que estar a falar nisto treze dias depois do dia dezasseis, nove dias depois de isto se resolver e foi resolvido, ainda hoje os nossos colegas, nossos colegas porque sou professor, a serem colocados e a situação não condiz nada. O lado da questão trazido aqui pela professora Francelina, esse sim é o lado importante da questão e aí, se calhar, deveríamos ter uma posição mais crítica e sermos mais eleitos no escudo e na maneira de encarar este assunto, realmente a questão toca a todos, a todo o aparelho do ensino. -----

Fernando Neves - É apenas para dizer que eu não me vou meter na politiquice que se fez aqui, mas tenho uma coisa a dizer sobre o assunto. É curioso que os senhores tentam sempre desculpar o Governo. Quando se lá no "menino" está tudo estragado. Toda a gente sabe o que se passa neste país e não é só de agora, todos os anos se repete. Na minha opinião, não se está aqui a responsabilizar o Sr. Presidente desta situação, está-se a pedir que colabore, é fácil de ler no documento. E não me vou meter em politiquice, o país sabe o que se passa, não venham tapar o sol com a peneira, não venham dizer que somos todos uma camada de burros, de estúpidos. Agora, tentar continuamente ocultar aquilo que o Ministério da Educação está a fazer e o Governo, isso é que me parece que é o que é real. É de lamentar quer se clarifique, desculpe a expressão, politiquices de que se está aqui a falar, não me parece de bom tom. Eu pessoalmente, não entro nesse jogo, de definir essas questões como politiquices. É a opinião de cada grupo parlamentar que o Sr. aqui tem. Há que respeitar as opiniões, embora que se concorde ou não com a Câmara. Agora, o que se está a passar neste país é uma vergonha, é verdade, em relação à Educação e não só. Na Saúde é a mesma história. Na Habitação é a mesma história. -----

Francisco Oliveira - Eu gostaria de responder às pessoas que estão aqui também e não só, também às da bancada do PSD. Evidencia-se que, perante o que aconteceu e perante o alarmismo dos jornais, nós não temos problema nenhum. Não existiu nada, os jornais alarmaram-se, a população está êxtase, vivem com esta situação e nada se passa. De facto, os professores já estão colocados, não há reclamações, está tudo na paz do Senhor. Faz-me lembrar também, aqui há uns dias atrás, foi discutido um problema relativamente às finanças locais e que nessa altura se dizia: "não, não, mas a Sra. Ministra das Finanças vai resolver isso" e viu-se como é que resolveu. E portanto, nessa altura também não se tomou uma posição. Albufeira não tomou uma posição porque efectivamente se esperava que se viesse a resolver a situação e portanto não valia a pena tomar posição. Não vale a pena discutir-mos as questões, deixemos o povo alarmado, os jornais falarem e a gente aqui vai falando que há muitas questões vulgares, sem efectivamente tomar posições que possam ser fundamentais. Posso até concordar que possa ser um muito exagero ou pouco exagero,

parece-me uma coisa que é discutível. Os factos existem mais ou menos exagerados, mas estão lá, depende efectivamente da forma como eles são perceptíveis e da forma como se tenta desculpar ou branquear este tipo de situações, mas isto ficará a quem efectivamente faz esse tipo de comentário. -----

Francisco Calhau - Eu não queria falar, mas o desenvolvimento que temos tido com as várias intervenções, todos damos as nossas opiniões. O que eu verifico desta situação, ninguém está a esconder o problemas da situação dos professores, toda a gente o sabe, não vale a pena estar a falar nisso, o que se pergunta é o que se quer dizer aqui, quando se diz que no concelho de Albufeira os autarcas não fizeram nada. Eu não sei se pretendiam que eles se dessem como voluntários para ir fazer a contagem manual? O que é preciso é ter outra solução. O programa é insensível a todos esses estados de espirito exaltados. O programa, ou é corrigido ou não é corrigido. Foi o PS que arranjou um conjunto de problemas a todas as escolas do país, é o facto, mas não estou a perceber e é esse o problema que nós efectivamente encontramos aqui, porque é que se tenta passar um problema nacional para culpabilizar o Governo. O que se passa dentro do concelho tem a haver com esse problema nacional porque é que se tenta culpabilizar os autarcas locais? Isso é que não se entende, e daí o aproveitamento político, não há dúvida nenhuma. Essa questão é um facto. Aquilo que eu tenho ouvido dizer aqui, todos parece estamos interessados, é eventualmente um dia podermos discutir os problemas da Educação a nível nacional e as suas proporções no Algarve e se calhar em Albufeira. Mas isso temos de começar por os níveis todos e há problemas graves, a nossa colega há pouco referiu alguns, se quiserem eu também tenho afinidade nele e posso referir mais alguns, começo por dizer só o seguinte: neste momento há uma revolução total no Ensino Superior com consequências para todos os níveis de ensino e que vai tornar uma brincadeira isto que nós estamos a discutir aqui. Só estamos a falar à escala europeia, a chamada Declaração de Bolonha, todos os níveis do curso, passar as licenciaturas para 3 anos, passar os mestrados para o ciclo 3+2 que as Universidades que nós temos não o queriam, que na Espanha não queriam, que na Grécia não queriam e que os países da própria Europa alguns querem e vão fazer a transição com dois sistemas ao mesmo tempo. E nós em Portugal andamos aqui aos saltos até há pouco tempo, sem saber, as Universidades diziam que tinham de ser 4 anos, os politécnicos não diziam nada porque já têm o ciclo 3+2. Isto vai ser uma revolução total. Pois, se quiserem discutir isto e as implicações, podemos discutir. E podem ter a certeza que vai ter implicações a nível do Secundário, vem por aqui abaixo e vai ter implicações graves a nível da classe dos professores para todos os níveis do Ensino, muitos vão para o desemprego, do nível superior até cá abaixo. Se quiserem discutir essas coisas, podemos discutir, mas digo-vos que aquilo que a nossa colega há pouco referiu, é uma brincadeira comparado com o que vai acontecer daqui para a frente, até começar para o ano que vem. Ninguém sabe, não foi feito nada, mas é para começar no próximo ano. Mas isso podemos discutir aqui. Agora, esta moção estava efectivamente, desculpem que vos diga, a fazer um aproveitamento político. Tentar tirar proveito de um problema á escala nacional, que é um problema em que o Governo tem de ser responsabilizado sem dúvida alguma, o que é que os nossos autarcas, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Vereadores, todas as equipas, têm a haver? O que é que poderiam fazer para resolver um problemas destes, se a própria Ministra não



conseguiu? -----

Carlos Quintino - Para esclarecer o seguinte: eu não tentei branquear o quer que seja. O problema existiu, foi mal resolvido, na minha opinião, mas foi resolvido. Agora não me digam que fazer disto um comunicado de imprensa, falando em cúmplice, não é aproveitamento político. Isso não digo, que eu isso não engulo. -----

Fernando Cabrita - A questão está nisto. Antigamente tinha-se progredido na questão armamento nuclear do clima. Neste momento como não há acordo entre duas grandes potências, corremos o risco que caia, um dia qualquer uma bomba em sitio em que de facto não seja querido. E se nós pensarmos nisso, como já sucedeu há milénios com o desaparecimento dos dinossauros, onde caiu aqui na terra, há vestígios disso na Sibéria, Roménia e desapareceu toda a população de dinossauros da terra. Nós agora deveríamos preocupar com o assunto, não vá rebentar uma bomba atómica, essa sim era um grande problema e tudo o resto é conhecido, sem interesse, não vale a pena discutir. Esse sim é o grande perigo, não vejo como estejam a propor para isso, portanto para fraseando, o Eng. Calhau, há muitos outros problemas importantes, este não interessa, é de nível nacional, faz-se sentir em todo o lado, nos sítios inclusivamente onde o Governo tem apoio, mas não vale a pena porque até já está resolvido, as consequências essas é que ainda não se viram. Portanto, não estamos a fazer aproveitamento político, que é o que não se deve fazer, nem a oposição deve fazer. A oposição deve basear-se, até talvez fazer repor uma situação. A oposição deve fazer tudo aquilo que não possa ser do agrado dos exibicionistas. Portanto, meus senhores, vamos defender o Governo com unhas e dentes, vamos bater palmas porque tudo o que ele fez está bem e portanto, embora eu nunca me lembre e já tenho muitos anos disto, de ter havido um problema como este, eu de facto qualifico de como escandaloso, mas as pessoas acham isto de menos importância. Vamos discutir então "sexo dos anjos", vamos discutir se a China deve permanecer na ONU, e vamos outros problemas. Estes outros não são para discutir, tudo isso é aproveitamento político. -----

Presidente da Câmara - Esta moção, eu dividia-a em duas partes. Eu diria que nesta primeira parte, concordo com o essencial que aqui está. É uma situação complicada que mexe com as pessoas, mexe com os professores, com os alunos, com as famílias e portanto, digamos que aceito que aquilo que foi feito não foi dada resposta exactamente aquilo que se espera de um Governo, perante um processo administrativo com pés e cabeça. Primeiro ponto: tenho a consciência de que, e aceito que a máquina do Ministério da Educação, seja ela neste momento a do PSD, se fosse a do partido Socialista ou de outro Partido, tudo se fazia para que no dia que estava prevista a abertura das aulas houvesse condições objectivas para a sua abertura. Não tenho dúvidas sobre isso. E o confronto que foi dado com os erros na conclusão, quando todo o processo se levantou, criou novamente no país uma situação de instabilidade no meio escolar e em toda a máquina educativa. Esta é uma verdade que ninguém pode contestar. Eu não a contexto, aceito-a tal e qual como ela é. Agora quero dizer o seguinte: o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador, Vice-Presidente e a Sra. Vereadora, nós em determinados momentos das nossas vidas tivemos responsabilidades na área da educação. Eu estive no movimento associativo, não foram dez anos, a minha filha tem vinte e nove e eu acompanhei-a desde o Primeiro Ciclo. É um processo que conheço, felizmente bem, se calhar sem querer saber o que os outros conhecem, sou daqueles que

conhece mais todo o processo educativo e a Educação no concelho de Albufeira., e quero-vos dizer que estive sempre na primeira linha em todas as circunstâncias, na defesa dos interesses dos alunos, e eu como outros que aqui estão, o Sr. Lima ainda esteve nesse processo comigo, defendemos aquilo que era necessário de intervenção dos Governos, do partido Socialista, do Bloco Central, do PSD, no sentido objectivo de se construir e criar as condições para que as nossas escolas viessem a ter as condições que hoje felizmente já vão tendo. Eu nunca vos escondi nada nesta área, portanto, moralmente eu fico ofendido quando aqui dizem que eu não respondi, que eu não dou a cara. Não é verdade. O que acontece é que as intenções que eu tenho tido perante os membros do Governo, perante a Direcção regional, perante todos os pareceres deste processo nesta fase do concurso, é evidente que se disserem que eu não fiz um comunicado, não o fiz, mas há uma coisa que nós fizemos, é que leituras sobre este processo e sobre esta parte e dando lições a quem, o trabalho de muitos anos em prol da Educação no concelho de Albufeira, e que neste momento tem a responsabilidade de durante este período em que ouve objectivamente uma complicação com a colocação dos professores, esta Câmara esteve a fazer o quê? Esteve a intervir nas infraestruturas escolares, teve a criar melhores condições para os alunos, teve a abrir Jardins de Infância. Teve a criar mais salas de aulas nos ATLS, teve a fazer um trabalho que objectivamente somado e contabilizado tem um esforço muito forte e que permite a todos aqueles que este ano entram e continuam na área da Educação, tenham melhores condições e melhor qualidade de ensino. Este foi o trabalho que nós fizemos. E o Sr. Vice-Presidente, nesta área, quase todos os dias andou pelas escolas, falou concerteza com os professores. Ou seja, ouve aqui uma preocupação e esta preocupação é reconhecida através daquilo que nós estamos a fazer. Entendo e percebo, acho que foi um erro lamentável que não modificou nem o país, nem a classe política que tem responsabilidades a nível da colocação dos professores. Mas também quero dizer, que não me sinto minimamente afectado moralmente em termos da minha intervenção. Obviamente se eu tivesse feito o comunicado não assinava o processo uma ou duas horas, ou um dia ou dois. Percebo e sinto-me incomodado com isso, mas a minha consciência está tranquila, no dia a dia eu e a minha equipa procuramos criar as condições para que no dia da abertura das aulas, obviamente, haja melhores condições nas escolas do concelho. Obviamente que é um percurso que tem vindo a ser acompanhado, infelizmente, o concelho de Albufeira não foi nestes últimos dois anos, mas tem sido um processo de que o concelho de Albufeira em termos da qualidade de ensino, em termos de infraestruturas, em termos daquilo que nós damos aos nossos alunos, é claramente o concelho do Algarve e do país que teve uma maior preocupação e aquele que dá uma resposta mais efectiva. E não é por acaso que temos um bom relacionamento com os Conselhos Directivos, com as escolas que são da nossa responsabilidade e no próximo sábado vamos receber todos os professores pela primeira vez. Há aqui uma vontade e uma preocupação muito clara com a área da educação. E eu tenho tomado muitas posições públicas em relação à auto-estrada, às portagens, e nomeadamente em relação a este processo já dei uma ou duas entrevistas ao jornal, se calhar não apareceu em primeira página, nem ocupa uma página inteira de um jornal nacional, mas o facto é que, eu não aceito que possa acontecer uma situação destas, num país que se pretende moderno, evoluído, agora a situação foi tão complicada que cada um de nós não conseguiu encontrar solução.

Felizmente apareceu uma empresa de seis funcionários que pondo em marcha um processo muito simples, o programa a funcionou. Graças a Deus que apareceu e resolveu o problema. Esta é a situação real, portanto, neste texto do comunicado, não me sinto obviamente com esta responsabilidade que me querem transmitir. -----

Vice-presidente (José Carlos Rolo) - Eu como responsável pelo pelouro da educação na Câmara Municipal de Albufeira e dado que a minha vida profissional sempre foi a Educação, não posso deixar de relembrar que durante dezoito anos recebi colocações de professores e acolhi professores e também, durante alguns anos, dirigi a maior escola do Algarve. Evidentemente que é lamentável, é até estrondoso aquilo que se passou em Portugal este ano. Quanto a mim, não é só pelo factor negativo de ter começado as aulas uns dias mais tarde, fico também preocupado quando nós, há alguns anos andamos a gastar dinheiro em formação, em estruturas informáticas e depois tudo falha. Não falha igual aos outros anos, há pouco alguém disse que nunca viu situação igual, durante não sei quantos anos. É verdade, mas também é verdade e que aqui ainda ninguém disse isso, é que este processo de colocação de professores foi o primeiro ano que aconteceu desta forma. É natural que é uma pequena desculpa que se possa dar a alguém, é um processo completamente diferente, o processo mudou radicalmente. O processo dos exames do 12º ano também mudou radicalmente este ano, e no entanto tudo correu bem. Também é bom dizer aquilo que correu bem, não é só o que correu mal. Embora continue a dizer e sublinho, lamento e fico profundamente triste daquilo ter acontecido. Eu tinha tido uma acção muito antes. Não concordo quando o ex-Ministro veio dizer para a televisão que não confiava na equipa já há algum tempo. Nessa altura tinha feito uma acção qualquer, tinha agido. Para mim, quer se queira, quer não, ele é um dos grandes responsáveis, um dos mentores do processo de concurso. Evidentemente que penso que este concurso até tem bastantes qualidades, a aplicação informática é que falhou redondamente por diversas razões, ou razões de génese do programador, ou razões de comunicação, e sabe-se lá o quê. Esperemos que a Comissão de Inquérito venha dentro de algum tempo dizer o que se passou. Isto concerteza não vai tornar a acontecer. Portanto, disse, lamento aquilo que aconteceu, não aconteceu exclusivamente para Albufeira, aconteceu a nível nacional. Quando se fala em pedir uma auto-estrada para o concelho de Albufeira, não se está a pedir auto-estradas para todo o país. Agora, não têm o direito, PS, de escrever num comunicado a dizer que o Presidente da Câmara e os Vereadores, são irresponsáveis, ou que o executivo faltou à responsabilidade. Isso é falso. Nós estivemos o Verão todo a trabalhar e não admito situações desse nível. Por outro lado, também queria dizer à Dra. Francelina que, evidentemente, comungo daquilo que disse relativamente aos manuais escolares, apenas lhe pergunto se o Conselho Pedagógico da sua escola já apresentou alguma moção de recomendação para o Ministério da Educação. Tenho dito. -----

Fernando Anastácio - Acho que não vale a pena fazer mistificações das coisas. Primeiro: não se trata de um comunicado, trata-se de um voto de protesto. Segundo: não é verdade o que o deputado Quintino disse, que este texto foi publicado na imprensa, não o foi. Convido-o a comparar este com o outro para ver se é o mesmo. Portanto, não se deve fazer afirmações quando, se calhar, de uma maneira apressada, verificou que não é. Eu desafio-o a ver e a dizer se é o mesmo. Segundo: em sitio nenhum daquele texto, aliás, disse inclusive que os

Senhores, Presidente de Câmara e Vereação, não são obviamente responsáveis pela colocação do professor. Está escrito, convido que leiam. Portanto, não digam que nós estamos a dizer que a Câmara é responsável pela colocação dos professores. O que o texto diz, e aí concordo perfeitamente com a análise do Sr. Presidente fez sobre esta questão, de facto demonstra alguma sensibilidade sobre este assunto, aliás uma sensibilidade que não demonstram os membros da bancada do PSD. E de facto, o passado nesta matéria é importante, as pessoas quando têm experiência das coisas sabem aquilo que estão a fazer. Agora, o passado não nos dá o privilégio de ficarmos acima da crítica do presente ou do futuro. O passado dá-nos a responsabilidade de andarmos para cima, mas isso não nos inclui que por termos um passado e conhecermos aquela área, a partir daí não passamos ser criticados e até muitas vezes o nosso passado traz-nos especiais responsabilidades. Quando eu ouço dizer: "o assunto está resolvido; olha hoje já não vou estudar". Perguntei aos meus filhos: "então amanhã têm escola? Não pai, é só sexta-feira." Mas como algumas pessoas não têm este tipo de conversas, se calhar permite-lhes dizer que o assunto está resolvido. Não está resolvido. E dou-lhe um exemplo: os meus filhos andam na escola Martim Fernandes, do concelho de Albufeira, e amanhã não têm escola. Portanto não venham dizer que está resolvido. É falar do que não se sabe do que se está a falar. E talvez isto não se trate de questões políticas, trata-se de uma questão de sentir, se está preocupado ou não com as questões. Eu admito que quem tem algumas preocupações sobre esta matéria, tenha um entendimento diferente, ou seja, não considere que se resolveu o problema, logo não se fala mais no assunto. O problema existiu, o problema subsiste, deixa sequelas gravíssimas, nomeadamente colocou em causa a confiança que os cidadãos possam ter no Estado. O Estado que não é capaz de colocar professores numa escola, eu pergunto: o que é que está lá a fazer? E agora, vêem falar de aplicações informáticas, processos novos, sim senhor, mas a prudência é retribuída quando há um processo novo às medidas de salvaguarda, ou não sabem isso. Mais uma vez é um problema técnico. Eu já estou cansado de ouvir a explicação do problema técnico. É só problemas técnicos, mas há responsabilidade política e o que esse texto pede de facto, não é da competência do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores colocar professores, também não é da competência do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores, nem desta Assembleia, deliberar sobre portagens na Via do Infante. Não é, ou é o Sr. Presidente da Câmara que vai fixar as portagens? Mas deu uma entrevista ao Diário de Noticias, onde falou de portagens na Via do Infante. Aliás também não é competência do Sr. Presidente problemas da colocação dos professores, mas eu não vi essa entrevista, é um exemplo. Por acaso o Sr. Presidente, ou o Sr. Vereador responsável pelo pelouro, se calhar no dia quando sabia que era problemática a abertura da escola, foi a alguma escola do concelho, visitar a escola? Por acaso foi? Portanto, é importante que se saiba. Há alguma posição pública na Câmara Municipal protestando sobre esta matéria? O que nós convidamos, é a Câmara Municipal que obviamente deve estar onde estão os problemas, deve estar onde estão os municípios, deve estar onde há os problemas e as necessidades, deve estar ao lado dos cidadãos para resolver os problemas e deve tomar posição ao lado dos cidadãos. O problema da colocação dos professores é um problema que afecta não só os professores, afecta as famílias, afecta a sociedade portuguesa e portanto, afecta Albufeira, afecta o país. Em Albufeira nós tomamos posição perante os problemas de Albufeira. Quando os problemas de

albufeira são problemas nacionais, pois o que se pode fazer?! Não se trata aqui de mistificação, aqui há é o seguinte: há um problema político que tem de ser discutido e eu sei que dói, dói na carne, quando o partido que nós representamos não resolve, queremos é apagar, mas meus amigos, aguentem lá esta porque esta é da vossa responsabilidade. Ou então, façam um juízo crítico e sejam capazes de não serem só do Benfica por amor, ou seja, sejam capazes de reconhecer que o vosso clube nem sempre joga bem. -----

Francelina Lourenço - Eu penso que não se pode inferir desse documento, não é essa a leitura e interpretação que eu faço, não se está a pôr em causa de maneira alguma nem a competência nem a honorabilidade, por exemplo do Sr. Vice-Presidente que eu conheço há muitos anos e sei da sua experiência nessa matéria e sob a sua égide as coisas funcionaram bem na escola. Eu posso testemunhar isso. Não digo que seja isto que está em causa, o que está em causa é o facto de não se desperdiçar uma oportunidade para erguer a voz. Como o Dr. Anastácio disse agora, doa a quem doer, é o mínimo que se pode fazer. Em relação à pergunta que o Dr. Rolo fez, se o conselho Pedagógico da escola já tinha apresentado alguma moção? Não apresentou. Tem é declarações de muitos professores em acta, e tem um processo quanto à reforma de acompanhamento dos programas que a Direcção Geral exigiu a todos os departamentos por escrito, para fazer a monitorização. Eu falo do meu departamento, que se debruçou, impôs, alterou e teve a coragem, eu própria com toda a minha humildade e modéstia, tive a coragem de pôr em pratica tudo aquilo que eu penso. Não se pode esperar que os jovens saibam língua portuguesa, quando num programa do 10º ano, de Práticas Administrativas, vem ensinar a redigir uma carta. Então o que é que os nossos filhos andaram a fazer nove anos na escola, se no 10ºano é que vão redigir uma carta? Esvaziar a componente do ensino da língua portuguesa. Fala-se de uma escolaridade obrigatória no 12º ano. Que escolaridade, que reforma é esta que nas escolas tudo ficou na mesma? Que cursos tecnológicos são estes, que o abandono da escolaridade ronda os 70% no 12º ano? Os jovens são vítimas do sistema. Eles são as principais vítimas. -----

Francisco Oliveira - Queria fazer uma pergunta relativamente à questão da problemática dos assuntos escolares. Vejo que está aqui a Dra. Ana Vidigal que é Presidente da FRAPAL, eu gostaria efectivamente, que me dissesse se tomou alguma posição pública no que diz respeito a esta situação do qual existe problemática? -----

Carlos Quintino - Dr. Fernando Anastácio, se calhar até sei do que estou a falar. Se calhar. Até porque os professores têm quarenta e oito horas para se apresentarem, depois de saberem onde foram colocados. É natural que os seus filhos não tenham escola já amanhã, tenham sim no dia 1. É apenas para esclarecer isso. -----

Fernando Cabrita - Por vezes essas posições mais radicais, levam a que se dê o seu a seu dono, <a César o que é de César. Gostei apesar de tudo, não sou tão radical, que estava já com receio que o Sr. Presidente chegasse rasgasse a moção em duas. A bancada na Assembleia do PSD não gostou de ouvir e, enfim, também o executivo camarário talvez não tenha efectuado todo o alerta ou tenha interpretado mal, nestas coisas tem-se a tendência para interpretar mal, até temos a sombra não podemos enjeitar a posição partidária, mas gostei de ouvir dizer, reconhecer que efectivamente estes males, são graves, são males reais existentes. E comungo também de alguma indignação, perdoe-me a expressão, mas depois interpretará da forma que achar melhor. Como também gostei de ouvir o Sr. Vice-

Presidente, que é o responsável por este pelouro, dizer que reconhece efectivamente, mas parece que não atenta a intenção desta bancada e estão lá os avisos do Sr. Presidente, deve ser complicado agir desta forma, não o ajuda, devo dizer. -----

Carlos Quintino - É a sua opinião. -----

Fernando Cabrita - É a minha opinião e a de muito mais gente, devo dizer. E portanto, a questão é esta: há pessoas que são mais papistas que o papa, como dizia há pouco, que não reconhecem nada. Têm de facto a real intenção de branquear, são só filmes aquilo que andamos a ver. -----

Apraz-me saber que o Sr. Presidente e que o Sr. Vice-Presidente, acederam ao convite, digamos que há última hora, mas aqui reconhece uma parte de razão. -----

Presidente da Câmara - Que convite? -----

Fernando Cabrita - Este convite final em jeito de desafio, em que o Sr. Presidente vem também, de certa maneira, dar a sua solidariedade às posição do partido Socialista. -----

Adriano Ferrão - Pelo que ouvi agora, é aberta as áreas de interpretação. Então, é dentro desta ambiguidade que o PS descasca o documento, coloca o documento em cima da mesa e agora, cada um interpreta à sua maneira. E por isso temos o reconhecido mérito de poder fazer aqui a apreciação do documento. Então tudo é relativo, como dizia Einstein? Então esse documento serve para tudo. -----

Presidente da Câmara - Só quero dizer o seguinte: o Dr. Rolo há bocado, se calhar não percebeu a pergunta. O Dr. Rolo nestes dias, tem andado todos os dias nas escolas. É isso que eu quero que fique aqui registado. -----

Fernando Anastácio - A Sra. Vereadora Ana Vidigal, que é Presidente da FRAPAL, tomou alguma posição pública sobre esta matéria? É questão directa. Está aqui, responda. A FRAPAL tomou alguma posição sobre esta matéria? Ela marcou alguma posição? É para darmos o exemplo concreto que quando se falou do executivo, sabemos o que estamos a dizer. O passado, de facto, dá-nos responsabilidades, particularmente esta. -----

Presidente da Assembleia - Vamos passar à votação. Acho que a questão está suficientemente debatida. As posições estão bem definidas. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos a favor: (13) Pedro Ferro; Adolfo Gregório; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Aníbal Sousa; Francisco Oliveira; Francisco Guerreiro; José Aboim; Berto Palma; Fernando Gregório e Fernando Neves. -----

Abstenções: (0). -----

Votos contra: (13) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Marlene Pisco; Luis Leandro; Carlos Quintino; Nélia Santos; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; José Alves e Paulo Freitas. -----

**Proposta não admitida, com voto de qualidade do Presidente da Assembleia.** -----

Fernando Cabrita - Isto fica consignado, obviamente, em acta. -----

Presidente da Assembleia - Concerteza. Eu assumo as minhas responsabilidades, plenamente. -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade, a minuta das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Esgotada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr.

Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:55 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

-----  
Albufeira, 21 de Setembro de 2004 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

O PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

-----  
-----